

PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa que não possui erro de regra gramatical:

- a) O Promotor de Justiça passou um processo para mim fazer.
- b) Não há nada entre mim e você, apenas relação profissional.
- c) Há dois anos atrás tomei posse como servidor público do Ministério Público.
- d) Somos em quatro servidores nesta Promotoria de Justiça.

2. A crase foi empregada incorretamente na alternativa:

- a) No fim do ano, retornarei à Bahia.
- b) As homenagens foram entregues às alunas da faculdade de direito.
- c) Esta é a pessoa à qual me referi durante o evento.
- d) O local de prova fica à duzentos metros do hotel.

3. Assinale a alternativa em que há erro de grafia:

- a) Carro com catalisador polui menos.
- b) O Promotor confirmou que irá ao evento beneficente da cidade.
- c) A cessão de direitos deve obedecer à legislação vigente.
- d) O advogado não soube utilizar o asterisco na petição inicial.

4. Analise o seguinte trecho de notícia, extraído do site do Ministério Público do Estado de Goiás:

“Dando provimento a recurso especial interposto pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) que analise, conforme a jurisprudência da Corte Superior, a presença dos requisitos necessários ao deferimento de medida de indisponibilidade de bens de dois acionados por improbidade administrativa em Rio Verde, afastando o fundamento relativo à necessidade de demonstração do periculum in mora (perigo de demora) – no caso, a comprovação de dilapidação do patrimônio por parte dos réus.”
(Extraído de: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/em-recurso-do-mp-stj-afasta-necessidade-de-prova-de-dilapidacao-de-bens-para-avaliar-medida-de-bloqueio#.X6vt7mN7k2w>)

A partir da leitura do texto, é possível concluir-se que:

- a) o Superior Tribunal de Justiça acatou os argumentos do Ministério Público de Goiás, afastando a exigência do Tribunal de Justiça de Goiás de comprovação de dilapidação do patrimônio dos réus e determinando que o caso seja analisado conforme a jurisprudência do próprio Superior Tribunal de Justiça.
- b) o Superior Tribunal de Justiça rejeitou os argumentos do Ministério Público de Goiás, entendendo que os fundamentos lançados no recurso deveriam ser afastados.
- c) ao Tribunal de Justiça de Goiás foi determinado que observasse a sua própria jurisprudência, por determinação do Ministério Público de Goiás.
- d) os dois réus foram acionados criminalmente, em razão da demora em agir no exercício de suas funções, acarretando dilapidação do patrimônio público.

5. Quanto à ocorrência do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir, de acordo com a norma-padrão:

“Um novo termo é cunhado devido ____ necessidade de se dar um nome ____ um conceito que antes não existia e que passará, assim, ____ ser usado.”

- a) à ... a ... a
- b) à ... a ... à
- c) a ... a ... a
- d) a ... à ... à

6. Leia o texto abaixo:

Quando eu me encontrava preso
Na cela de uma cadeia
Foi que vi pela primeira vez
As tais fotografias
Em que apareces inteira
Porém lá não estavas nua
E sim coberta de nuvens...
Terra! Terra!

Por mais distante

O errante navegante

Quem jamais te esqueceria?...

Caetano Veloso (fragmento de “Terra” –<http://letras.terra.com/caetanoveloso/44780/>)

Desconsiderada a sua organização em versos, a primeira estrofe da canção está corretamente pontuada em:

- a) Quando eu me encontrava preso na cela de uma cadeia, foi que vi, pela primeira vez, as tais fotografias em que apareces: inteira. Porém, lá não estavas, nua e sim coberta de nuvens...
- b) Quando eu me encontrava preso, na cela de uma cadeia foi que vi pela primeira vez, as tais fotografias, em que apareces inteira: porém, lá não estavas nua, e sim coberta de nuvens...
- c) Quando eu me encontrava preso na cela de uma cadeia, foi que vi pela primeira vez as tais fotografias em que apareces inteira. Porém, lá não estavas nua e, sim, coberta de nuvens...
- d) Quando eu me encontrava, preso na cela de uma cadeia, foi que vi pela primeira vez as tais fotografias em que apareces inteira, porém: lá não estavas nua e sim coberta de nuvens...

7. No poema abaixo transcrito de Cruz e Sousa, pode-se interpretar:

O Assinalado

Tu és o louco da imortal loucura,
O louco da loucura mais suprema.
A Terra é sempre a tua negra algema,
Prende-te nela a extrema Desventura.

Mas essa mesma algema de amargura,
Mas essa mesma Desventura extrema
Faz que tu'alma suplicando gema
E rebente em estrelas de ternura.

Tu és o Poeta, o grande Assinalado
Que povoa o mundo despovoado,
De belezas eternas, pouco a pouco...

Na Natureza prodigiosa e rica
Toda a audácia dos nervos justifica
Os teus espasmos imortais de louco!

- a) O autor revela sentimentos espirituais e emprega elementos simbólicos a fim de construir a figura do louco, que representa o poeta.
- b) O autor faz críticas a quem o tenta impedir de expressar seus sentimentos e o considera um louco.
- c) O autor revela uma série de contradições nos sentimentos internos que quer expressar ao mundo, o que o tornou louco.
- d) O autor expressa o sentimento de ser genial e heroico.

8. Marque a frase incorreta com relação ao uso de *agente*, *a gente* e *há gente*:

- a) Há gente demais aqui nessa sala.
- b) Agente sempre se entende no final.
- c) Ele só me perguntou que horas a gente poderia entregar o documento para a polícia.
- d) Como há gente fofqueira nessa vila...

9. Analise as frases listadas e assinale a alternativa correta:

- I. Nem todas as opiniões são valiosas.
- II. Disse-me que conhece todo o Brasil.
- III. Andou por todo Portugal.
- IV. Todas cinco, menos uma, estão corretas.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Há três alternativas corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

10. Considerando a concordância nominal, assinale a frase correta:

- a) Ela mesmo confirmou a realização do encontro.
- b) Foi muito criticado pelos jornais a reedição da obra.
- c) Ela ficou meia preocupada com a notícia.
- d) Muito obrigada, querido, falou-me emocionada.

MATEMÁTICA

11. O secretário da Promotoria de Justiça almoçou em certo dia no horário das 12h45min às 13h12. O total de segundos que representa o tempo gasto no almoço nesse dia é:

- a) 1620
- b) 1840
- c) 2120

d) 2200

12. Leonardo tinha duas cordas, uma de 1,7 m e outra de 1,45 m. Ele precisava de pedaços dessas cordas que medissem 40 cm de comprimento cada um. Ele cortou as duas cordas em pedaços de 40 cm de comprimento e assim conseguiu obter:

- a) 7 pedaços
- b) 8 pedaços
- c) 9 pedaços
- d) 10 pedaços

13. Augusto está a 24 metros de distância de Bruno, que, por sua vez, está a 12 metros de Cláudio. Se os três estão em um terreno totalmente plano, a situação descrita permite concluir que a menor e a maior distância possível entre Cláudio e Augusto são, respectivamente, iguais a:

- a) 12 m e 18 m.
- b) 6 m e 12 m.
- c) 12 m e 36 m.
- d) 12 m e 24 m.

14. Um grupo de pessoas participou da fase final de um concurso, sendo que, nesse grupo, o número de mulheres era igual a três quintos do número de homens. Sabe-se que, concluída a fase final, apenas um quinto do número de homens e um terço do número de mulheres foram aprovados, num total de oito pessoas. O número de mulheres no grupo que iniciou a participação na fase final desse concurso era igual a:

- a) 18
- b) 9
- c) 12
- d) 15

15. Um capital aplicado a juros simples durante 2 anos, sob taxa de juros de 5% ao mês, gerou um montante de R\$ 26.950,00. Determine o valor do capital aplicado.

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 12.250,00
- c) R\$ 13.750,00
- d) R\$ 15.000,00

HISTÓRIA DO BRASIL

16. Acerca do período conhecido como República Nova, é correto afirmar:

- a) O período conhecido como República Nova ou República de 46 inicia com a renúncia voluntária de Vargas, em outubro de 1946.
- b) O General Eurico Gaspar Dutra foi o primeiro presidente eleito do período da República Nova mas não conseguiu ser empossado.
- c) Em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente e tomou posse em janeiro de 1956. Seu governo caracterizou-se pelo chamado desenvolvimentismo, cujo lema foi 50 anos em 5. Em 1960, Kubitschek inaugurou Brasília, a nova capital do Brasil.

d) Já em 1961, Jânio Quadros, eleito em 1960, assumiu a presidência e governou até o final do ano de 1963.

17. A respeito da Constituição Federal de 1988 é incorreto asseverar que:

- a) Foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988
- b) Ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985)
- c) A Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição era composta por 559 congressistas, sendo Ulysses Guimarães (PMDB-SP) o presidente da Assembleia.
- d) A C.F/1988 pode ser considerada a décima constituição de nosso país.

18. No Brasil, entre as mudanças que ocorreram na passagem do século XIX para o século XX, pode-se considerar que:

- a) a entrada de imigrantes europeus no país, desde o século XIX, fazia com que o mercado de trabalho se tornasse mais estreito para os libertos, especialmente porque esses trabalhadores estrangeiros eram, geralmente, alfabetizados e com formação profissional.
- b) a maioria dos recém-libertos passou a trabalhar nas cidades já que, como trabalhadores rurais, recebiam salários muito baixos.
- c) os ex-escravos receberam estímulos diversos, em especial por meio de projetos para estudos e aprendizado de novas profissões e para a organização de suas vidas, sob a condição de homens livres que passaram a ser.
- d) a aprovação da Lei Áurea e o consequente fim da escravidão foram acompanhados de um projeto de inserção dos ex-escravos no sistema social e produtivo do país.

19. “Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.” (Manifesto dos ministros militares à Nação, em 29 de agosto de 1961).

O Manifesto acima transcrito está a revelar que os militares:

- a) não estavam incluídos no poder do regime de democracia presidencial.
- b) eram favoráveis à manutenção do regime democrático e parlamentarista.
- c) justificavam, com o texto, a possibilidade de intervenção armada em regime democrático.
- d) eram contrários ao regime socialista implantado pelo presidente em exercício.

20. Em 1942, durante o regime do Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas, o Brasil declarou guerra ao Eixo e criou uma força militar enviada para a frente de batalha na Itália, a partir de 1944. A força brasileira que lutou durante a Segunda Guerra Mundial recebeu o nome de:

- a) Força Expedicionária Brasileira.
- b) Força Estadista Brasileira.
- c) Força Extraordinária Brasileira.
- d) Força Especializada Brasileira.

GEOGRAFIA

21. Acerca da temática dos blocos econômicos supranacionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Um dos mais conhecidos exemplos de supranacionalismo é a União Europeia. Atualmente existem dois de maior importância nas Américas, sendo o Mercosul na América do Sul e NAFTA na América do Norte. Ocorre-se ainda o pleito de formação de um bloco único envolvendo todos os países americanos, chamado de ALCA.
- b) Os blocos econômicos levam à integração econômica, política e cultural dos países membros. Isso desenvolve um espírito de cooperação e coordenação entre as nações membros. Isso ajuda a manter boas relações entre as nações membros.
- c) Com a economia mundial globalizada, a tendência comercial é a extinção de blocos econômicos já que estes são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros e atualmente a economia doméstica é a prioridade em todos os países globalizados.
- d) As características mais comuns dos blocos econômicos são livre comércio, livre circulação de pessoas e mercadorias, adoção da mesma moeda e condutas comerciais comuns entre os países-membros.

22. Assinale a alternativa correta a respeito do tema “Geografia das populações: Demografia e fragmentação”:

- a) Demografia política é a responsável pela elaboração metodológica e fornecimento de dados.
- b) Demografia histórica é a aplicação dos estudos anteriores em políticas públicas voltadas para o controle populacional e melhorias na qualidade de vida da sociedade.
- c) Densidade Demográfica é o percentual que mede o número de habitantes em certa área (hab/km²) já a População Absoluta é um índice geral da população de um determinado território.
- d) O Crescimento Vegetativo é a porcentagem do crescimento populacional num território, determinado pela taxa de imigração (pessoas que chegam), subtraída à taxa de emigração (pessoas que se mudam).

23. Em maio do ano de 2009, a FIFA escolheu e divulgou a lista das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de Futebol, que aconteceu no ano de 2014, no Brasil. Para isso, foram utilizados diversos critérios, apontados à época, como principais para as escolhas realizadas. A lista incluiu as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A respeito da distribuição espacial das cidades-sede, marque a alternativa correta:

- a) sete dentre as cidades então escolhidas são litorâneas.
- b) a região com mais cidades-sede foi a região a Sudeste.
- c) a única cidade-sede então escolhida da Região Centro-Oeste é a mais populosa capital da região.
- d) a localização das cidades-sede refletiu a concentração econômica e populacional no território brasileiro.

24. Um avião de pequeno porte se desloca, em linha reta, do aeroporto de Brasília, no Distrito Federal, em direção à cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

Considerando a margem de diferença de menos de 1º de longitude entre essas duas cidades e os pontos cardeais, a aeronave se deslocou no sentido:

- a) Norte – Sul.
- b) Sudeste – Nordeste.

- c) Norte – Sudeste.
- d) Sul – Norte.

25. O Centro-Oeste brasileiro tem registrado, segundo vários estudos, elevada produtividade e rentabilidade nas lavouras agrícolas. Para entender tal dinâmica, os estudos sobre a sojicultura são exemplares, já que esse cultivo é implementado em alguns estados da região, como em Mato Grosso, com base na intensa utilização de insumos como fertilizantes e agrotóxicos, e de máquinas e implementos modernos.

(Adaptado de Bernardes, J. e Filho, O. [orgs]. Geografias da Soja: BR-163. Fronteiras em mutação. Rio de Janeiro. Arquimedes, 2006).

Dentre as opções abaixo, assinale aquela que apresenta corretamente os impactos socioeconômicos e ambientais da expansão da sojicultura no Centro-Oeste.

- a) Valorização das terras, utilização intensiva de mão de obra migrante nordestina e desconcentração fundiária.
- b) Valorização das terras favoráveis à mecanização, alterações no meio físico-biótico e (re)concentração fundiária.
- c) Aumento da utilização da mão de obra barata do migrante nordestino e preservação do meio físico-biótico.
- d) Alteração no meio físico-biótico, forte presença de agroindústrias e predominância de pequenas e médias propriedades.

INFORMÁTICA BÁSICA

26. Utilizando o navegador de internet Google Chrome, Versão 76.0.3809.100 (Versão oficial) 64 bits, assinale a alternativa que representa o comando Ctrl+n (obs.: o sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente):

- a) Fechar a janela utilizada.
- b) Abrir uma nova janela.
- c) Abrir uma nova guia.
- d) Reabre a última guia fechada.

27. Acerca das noções básicas relacionadas a correio eletrônico, assinale a alternativa correta:

- a) Toda vez que um usuário abre um e-mail o seu remetente é cientificado dessa ação do destinatário do e-mail.
- b) Não é possível enviar o mesmo e-mail para vários destinatários.
- c) O destinatário não consegue abrir o anexo do e-mail caso o remetente não esteja na sua lista de transmissão.
- d) É possível enviar e-mails mesmo sem qualquer tipo de assunto.

28. Caso o usuário deseje excluir de forma permanente um determinado arquivo, poderá utilizar a tecla 'DELETE', que enviará o arquivo para a lixeira do sistema. Após esta operação é possível esvaziar a lixeira apagando-o permanentemente. Também é possível realizar este procedimento utilizando atalhos com o teclado. Qual comando de atalho permite excluir de forma permanentemente um arquivo? (Obs: o caractere "+" foi utilizado somente para fins de interpretação)

- a) CTRL + DELETE.
- b) SHIFT + DELETE.
- c) ALT + DELETE.
- d) TAB + DELETE.

29. Durante a edição de um arquivo de texto composto por muitas páginas e capítulos, alguns desses capítulos não preenchem totalmente a sua última página, deixando-a com uma porção em branco, sendo que todo capítulo novo deve começar no início de uma nova página. Utilizando a ferramenta de edição de texto do LibreOffice 5, ao terminar de escrever um capítulo que terminou no meio da página atual, qual das opções do menu “Inserir” oferece o recurso adequado para ir para a próxima página, onde se iniciará o novo capítulo?

- a) Seção.
- b) Quebra manual.
- c) Cabeçalho.
- d) Rodapé.

30. A memória RAM é um dos componentes básicos em todo computador. A função da memória RAM em um computador é:

- a) Armazenar os dados de forma permanente, mesmo após o desligamento do computador.
- b) Ser utilizada como reserva para o disco rígido, quando o espaço no disco estiver escasso.
- c) Armazenar dados relevantes ao funcionamento do sistema, durante a sua operação.
- d) Aumentar a memória Cache do processador.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

31. São consideradas vedações aos membros do MP:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, exceto se proveniente de acordo de não persecução penal.
- b) exercer a advocacia, salvo se for a favor de hipossuficientes.
- c) exercer atividade político-partidária no exercício da função, sendo permitida tal atividade em sua vida particular, na forma da lei.
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

32. O artigo 28, inciso X, da L.C 25/98 estabelece que é atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público verificar a obediência dos membros do Ministério Público às vedações a eles impostas e fiscalizar o cumprimento de seus deveres e atribuições, devendo, dentre outras medidas que julgar cabíveis, EXCETO:

- a) fiscalizar o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos em lei.
- b) fiscalizar se o membro do Ministério Público reside na respectiva Comarca de lotação, bem como se sua residência não afronta os bons costumes.
- c) instaurar, de ofício ou por provocação dos demais Órgãos da Administração Superior do Ministério Público, e presidir procedimento administrativo disciplinar contra membro da Instituição, encaminhando-o ao Procurador-Geral de Justiça para decisão.
- d) presidir Comissão Processante instalada para apurar fato objeto de Processo Administrativo Disciplinar; bem como propor o afastamento de membro do Ministério Público submetido a Processo Administrativo Disciplinar.

33. Acerca da substituição do Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos, assinale a alternativa que contém de forma correta a ordem preferencial dos órgãos que exercerão a substituição:

- a) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.
- b) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.
- c) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.
- d) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais; Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; Corregedor Geral.

34. Assinale a alternativa que corresponde de forma correta aos ditames dos artigos 200 e 201 da Lei Estadual n. 20.756/2020:

- a) A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar constante no Estatuto não afasta o ressarcimento ao erário dos valores correspondentes aos danos e prejuízos causados à administração pública; e, ainda a devolução ao erário do valor desviado ou do bem, nas mesmas condições em que se encontravam quando da ocorrência do fato, facultada sua substituição por outro igual ou superior.
- b) A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar constante no Estatuto não afasta eventual ação penal mas afasta eventual ação civil.
- c) A prescrição para aplicação de penalidade por transgressão disciplinar verifica-se em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis com advertência, suspensão e multa.
- d) A prescrição para aplicação de penalidade por transgressão disciplinar verifica-se em 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

35. Acerca das Resoluções 07 e 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa incorreta:

- a) Notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público.
- b) Notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais.
- c) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável por uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.
- d) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, ainda que não sejam necessárias diligências preliminares imprescindíveis à formação do convencimento jurídico a respeito do fato.

36. Acerca da comunicação/cientificação do cidadão acerca da decisão de arquivamento da notícia de fato registrada na Promotoria de Justiça, é incorreto afirmar:

- a) No caso de arquivamento, o noticiante será cientificado da decisão, da qual caberá recurso ao Colégio de Procuradores do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, já acompanhado das respectivas razões.
- b) A cientificação será realizada, preferencialmente, por meio eletrônico, podendo também ser efetivada por carta com aviso de recebimento, notificação pessoal ou, na hipótese de não localização, por publicação no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP.
- c) A cientificação é facultativa no caso de a notícia de fato ter sido encaminhada ao Ministério Público em face de dever de ofício.
- d) No caso de arquivamento de notícia de fato criminal realizado nos termos do artigo anterior, o noticiante será cientificado da decisão, da qual caberá recurso administrativo que deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, já acompanhado das respectivas razões.

37. Com relação às responsabilidades dos servidores públicos estaduais, nos moldes previstos na Lei Estadual nº 20.756/20, é possível afirmar que:

- a) as sanções civis, penais e administrativas não podem ser aplicadas de forma cumulativa.
- b) a responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada no caso de sentença penal condenatória quanto ao mesmo fato.
- c) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- d) a responsabilidade penal abrange as contravenções, exclusivamente, imputadas ao servidor, nesta qualidade.

38. A Promotoria de Justiça, por meio da Secretária auxiliar, realizou atendimento de cidadão que relatou que seu vizinho, em uma discussão decorrente do estacionamento do veículo em local proibido, lhe ofendeu a integridade moral, solicitando providências exclusivamente de natureza patrimonial. O atendimento foi registrado no sistema Atena e, posteriormente, convertido em 'notícia de fato'. Considerando que o fato noticiado evidentemente não configura lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público, a notícia foi, em um momento seguinte, indeferida pelo Promotor de Justiça. À luz do que determina a Resolução nº 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, o Promotor de Justiça deverá determinar que a secretaria do órgão de execução:

- a) promova o arquivamento do expediente no âmbito interno da Promotoria, uma vez que não há previsão normativa de recurso em âmbito interno, devendo o interessado manifestar seu eventual inconformismo perante o Poder Judiciário.
- b) remeta o procedimento, no prazo de 3 (três) dias, independentemente de recurso do interessado, para reexame obrigatório pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás.
- c) cientifique o noticiante da decisão de indeferimento, preferencialmente por meio eletrônico, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias, já acompanhado das razões, e tendo como órgão revisor o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) cientifique o noticiante da decisão de indeferimento, mediante entrega pessoal do ofício a ser feita pelo Oficial de Promotoria, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias, que tem como revisor o Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de Goiás.

39. Assinale a única alternativa abaixo que está em plena conformidade com o texto da Resolução nº 07/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás:

- a) a notícia de fato poderá ser formulada de forma exclusivamente presencial, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, oportunidade em que o representante deverá fornecer sua qualificação completa.

- b) o procedimento investigatório criminal é instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido por membro do Ministério Público com atribuição criminal, e tem por finalidade a apuração da prática de infrações penais de iniciativa pública, servindo como meio formador do convencimento jurídico-penal.
- c) o procedimento investigatório criminal será instaurado por portaria genérica, devidamente registrada no sistema eletrônico ATENA e autuada, prescindindo da indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, o nome, o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas e demais dados de qualificação de seu autor, bem como a determinação das diligências iniciais, se houver.
- d) constatada a necessidade de investigação de outros fatos durante a instrução do procedimento investigatório criminal, o membro do Ministério Público deverá determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento, não sendo admitido o aditamento da portaria já instaurada.

40. Nos moldes da Resolução nº 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, o compromisso de ajustamento de conduta tem natureza de:

- a) instrumento de garantia dos direitos individuais disponíveis, cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.
- b) instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.
- c) instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo judicial, já que exige homologação pelo Poder Judiciário.
- d) instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da aceitação de seu conteúdo pelo Procurador-Geral de Justiça.

41. Assinale a alternativa incorreta.

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25/98, compete aos Centros de Apoio Operacional:

- a) estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns.
- b) remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.
- c) estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins.
- d) realizar seminários, congressos, cursos, simpósios, pesquisas e estudos, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público e de serviços auxiliares.

42. De acordo com a redação da Lei Estadual nº 20.756/20, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências, são deveres do servidor, exceto:

- a) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- b) abster-se de revelar informação sobre a qual deva guardar sigilo.
- c) cumprir as ordens superiores, inclusive quando manifestamente ilegais.
- d) ser assíduo e pontual ao serviço.

43. Dentre as seguintes alternativas, a única incluída nas atribuições judiciais do Promotor de Justiça, ou seja, para a qual ele tem legitimidade, é:

- a) propor medida judicial para obtenção de medicamentos essenciais à saúde de um cidadão que não tenha condições de custeá-los.
- b) propor ação direta de inconstitucionalidade visando a anulação de normas lesivas ao patrimônio público municipal.
- c) propor reclamação trabalhista em favor empregados demitidos sem justa causa onde não houver Justiça do Trabalho.
- d) propor ação civil pública em defesa dos órgãos públicos federais.

44. Assinale a alternativa falsa:

- a) todas Promotorias de Justiça do Estado de Goiás possuem uma coordenadoria responsável pela organização dos trabalhos.
- b) as Promotorias de Justiça do Estado de Goiás poderão ser especializadas, criminais, cíveis, cumulativas ou gerais.
- c) os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça serão instituídos e organizados por ato do Procurador-Geral de Justiça.
- d) As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com pelo menos 1 (um) cargo de Promotor de Justiça.

45. Sobre a autonomia do Ministério Público é correto afirmar:

- a) não compreende a prerrogativa de elaborar suas folhas de pagamento.
- b) o provimento das Promotorias de Justiça por remoção ou promoção dos seus membros depende da aprovação do governador do Estado de Goiás.
- c) as decisões fundadas em sua autonomia têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- d) não estão asseguradas instalações privativas nos edifícios onde os Promotores de Justiça exerçam suas funções.

46. Sobre a Escola Superior do Ministério Público, de acordo com as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - É órgão auxiliar do Ministério Público, com a finalidade precípua de aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos serviços auxiliares.
- II - Será dirigida por membro do Ministério Público ou integrante dos serviços auxiliares, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.
- III - Cabe-lhe editar trabalhos jurídicos de membros do Ministério Público e integrantes dos serviços auxiliares.
- IV - Pode ser frequentada pelos filhos dos membros do Ministério Público e integrantes dos serviços auxiliares, sem custo.

- a) As assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.

- c) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

47. As posses dos cargos de Procurador-Geral de Justiça e de Promotor de Justiça Substituto são dadas pelos seguintes órgãos, respectivamente:

- a) Governador do Estado e Procurador-Geral de Justiça.
- b) Conselho Superior do Ministério Público e Escola Superior do Ministério Público.
- c) Corregedor-Geral do Ministério Público e Procurador-Geral de Justiça.
- d) Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.

48. Sobre a escolha do Procurador-Geral de Justiça, é incorreto afirmar:

- a) será nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes vitalícios e em atividade na carreira, indicados em lista tríplice.
- b) o mandato é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- c) apenas os Procuradores de Justiça podem concorrer à eleição para formação da lista tríplice.
- d) Os Promotores de Justiça Substitutos também podem votar para a formação da lista tríplice.

49. São órgãos auxiliares do Ministério Público, exceto:

- a) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- b) a Comissão de Concurso.
- c) a Escola Superior do Ministério Público.
- d) os Estagiários.

50. Sobre as condições às quais os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público ficarão sujeitos até obterem a estabilidade, é incorreto afirmar:

- a) o período de estágio probatório é de três (03) anos.
- b) Serão observados requisitos mínimos referentes a idoneidade moral, dentre outros.
- c) a verificação dos requisitos será realizada por comissão, especialmente instituída por ato do Procurador-Geral de Justiça para esse fim.
- d) a avaliação de desempenho por meio de ficha individual será apurada a cada bimestre.

PROVA DISCURSIVA

Nos termos do edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

QUESTÃO 1 - O Promotor de Justiça da comarca “Y” determinou o arquivamento dos autos extrajudiciais de notícia de fato que fora registrada pelos cidadãos Mévio, Caio e Tício em que solicitavam auxílio do Ministério Público para a prorrogação de um contrato de locação de imóvel em que eles figuravam como locatários.

Nos termos do § 1º, do art. 7º da Resolução 09/18-CPJ/MPGO, o Promotor de Justiça da comarca “Y” determinou ao Oficial de Promotoria a notificação pessoal dos noticiantes acerca da citada decisão de arquivamento, já que tal cientificação, por meio eletrônico, não fora possível.

Ao cumprir tal diligência, o Oficial de Promotoria se deparou com a seguinte situação: Mévio assinou a notificação normalmente. Caio assinou a notificação e indagou ao oficial se era possível interpor recurso da decisão. Tício se recusou a assinar a notificação e ainda desafiou o Oficial a fazê-lo assinar.

Como o Oficial de Promotoria deve proceder na situação acima narrada?

O que deve certificar acerca da diligência?

QUESTÃO 2 - Um determinado Promotor de Justiça, no bojo de um inquérito civil público, expediu notificação, pelos correios, via AR (aviso de recebimento), ao Sr. Epaminondas da Silva, para que comparecesse à sede da Promotoria a fim de prestar esclarecimentos sobre eventual poluição sonora que estaria sendo provocada por som em alto volume em seu bar. Frustrada a notificação via postal, o Promotor determinou que a diligência fosse cumprida pelo Oficial de Promotoria. Assim, ao comparecer ao bar do Sr. Epaminondas da Silva para notificá-lo, o Oficial de Promotoria leu o teor do documento notificatório, entregou a ele uma via original, mas o notificando se recusou a apor o seu ciente na cópia do documento que portava o Oficial. A partir dos dados fornecidos, responda às perguntas que seguem (responder os itens separadamente, ainda que não de forma sequencial, indicando anteriormente a letra da resposta que será apresentada).

a) Nessas circunstâncias, o que você, como Oficial (a) de Promotoria, faria para assegurar o cumprimento da notificação e o que inseriria como conteúdo deste documento a ser elaborado (indicar os elementos que entende imprescindíveis para a formalização de documentos dessa natureza, bem como as informações que entende imprescindíveis para o adequado registro do que ocorrera na oportunidade)? (valor: 0,70)

b) A não realização da oitiva de Epaminondas pode acarretar a nulidade do inquérito civil público, uma vez que ele não compareceu no dia e hora apontados na notificação? Justifique. (valor: 0,30)

REDAÇÃO:

Nos termos do edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

O Plano Geral de Atuação - PGA está previsto no art. 50-A, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás e é elaborado desde o ano 2000, formalizando a prioridade institucional que pauta a atividade dos seus integrantes. Trata-se, portanto, de expediente administrativo de natureza estratégica que define a prioridade da Instituição e norteia a atuação dos membros. O atual PGA (biênio 2020-21) tem como tema central a proposta **“Ações de prevenção e repressão à criminalidade violenta”**.

Discorra sobre a pertinência do tema eleito e se guarda estreita consonância com os anseios mais relevantes da sociedade atual, em comparação com outros problemas. Discorra também se no seu entender a escolha de um tema para atuação conjunta de todos os membros do Ministério Público traz bons resultados, levando-se em conta as diferenças econômico-sociais encontradas nos diversos municípios e regiões do Estado de Goiás, e se o Promotor de Justiça deve ter sua atuação obrigatoriamente vinculada ao tema escolhido ou teria independência funcional para ignorá-lo.